

COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA RAIA DIVISÓRIA SP- PR- MS

Marcelino Andrade Gonçalves*

mandradepte@nin.ufms.br

INTRODUÇÃO

A recuperação dos mais diferentes tipos de resíduos para o reaproveitamento dos diversos materiais dos quais são compostos, através do processo de transformação físico-química, que objetiva devolver a alguns destes materiais as qualidades perdidas na ação de utilização ou de consumo, conhecido como reciclagem, tem, sem dúvida, ganhado notoriedade nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

Essa atividade, que começa o novo século como uma novidade da indústria brasileira, mobilizando e tendo a adesão de vários setores da sociedade neste processo, vem ganhando simpatizantes e apoiadores pelo fato de que ao reciclar alguns tipos de materiais que compõem os resíduos descartados, diminui o desperdício dos

mesmos, economiza energia e atenua os problemas ambientais causados pela grande quantidade de resíduos gerados na atualidade, que em sua maior parte ainda não têm uma destinação e tratamento correto na maioria dos municípios brasileiros (JUCA, 2003).

A expansão das atividades ligadas ao circuito econômico da reciclagem de materiais no Brasil vem ocorrendo em quase todos os ramos desse setor e tem alcançado números recordes naqueles em que o processamento industrial dos materiais garante maior ganho, com perspectiva de uma expansão crescente¹.

O crescimento da atividade fabril no reaproveitamento dos diversos materiais

¹ Mais sobre esse assunto ver: Barciote (1994); Dados sobre a reciclagem no Brasil podem ser acessados nos seguintes sítios: <http://www.alcan.com.br/>; <http://www.tomralatasa.com.br/>;

* Doutor em Geografia pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp de Presidente Prudente. Professor do Curso de Geografia do Campus de Nova Andradina - UFMS. Projeto de Pesquisa com apoio financeiro do CNPq/Edital Universal. Membro do Grupo Acadêmico Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS) e do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)..

recicláveis é concomitante à expansão de toda uma estrutura que dá suporte e sustenta esse circuito econômico, de maneira que vemos a ampliação do número e a diversificação dos demais agentes que dele fazem parte, sejam os comerciantes de pequenas ou grandes quantidades de resíduos recicláveis, conhecidos como sucateiros ou atravessadores, sejam os trabalhadores catadores, envolvidos nesta atividade das mais diversas formas e situações: nos lixões, nas ruas, nas centrais de triagem, organizados em cooperativas ou associações etc.

Toda essa dimensão social e econômica territorializa-se em vários centros urbanos brasileiros, formando uma estrutura de compra-venda, transporte e armazenamento e pré-processamento de mercadorias, que conforma uma complexa trama de relações, geralmente marcadas pela informalidade econômica e de trabalho, ocupando nas diferentes atividades do setor um expressivo contingente de trabalhadores, sobretudo na catação de resíduos. Tal estrutura é composta em sua base pelos trabalhadores catadores, pelos compradores (intermediários, atravessadores que vão até os lixões, ou fazem aquisição do material junto aos catadores que atuam nas ruas das cidades autonomamente ou em cooperativas/associações), que por sua vez

podem comercializar com outros intermediários de maior porte, com capacidade de estocagem e triagem, ou diretamente com as indústrias da reciclagem. Estas, por sua vez, compram os resíduos recicláveis de acordo com o tipo de material que lhes interessa processar.

Ao exercer o poder de compra final, as indústrias da reciclagem controlam toda essa estrutura e, portanto, acabam por definir os procedimentos adotados pelos demais agentes envolvidos com essa atividade, abarcando tanto os trabalhadores catadores como os atravessadores envolvidos.

Esse controle varia de acordo com a escala de ação da empresa e o ramo em que atua. Em determinados setores como o da reciclagem de plásticos há uma maior fragmentação, com a atuação de várias empresas com diferentes capacidades de processamento. Já na siderurgia existe uma centralização, ou seja, poucas empresas operando nacionalmente.

Desta forma, essa complexa trama social e econômica que envolve o resíduo reciclável² assume uma territorialidade bastante diversificada no que diz respeito à organização e à exploração do trabalho dos catadores. No entanto, essa diversificação

² São os resíduos compostos por materiais passíveis de serem recuperados para nova utilização. Esse tipo de resíduo é, em grande parte, formado pelas embalagens dos produtos.

não representa um processo caótico e sem direção; ao contrário, revela, nessas diferentes feições assumidas as estratégias de reprodução do capital em um determinado circuito econômico, mais propriamente a reciclagem.

Neste aspecto, o trabalho na catação dos resíduos recicláveis apresenta uma das faces mais perversas da organização da sociedade nessa viragem do século XXI, podendo ser dividida em três principais formas: carrinheiros, catadores no lixão, Cooperativas e Associações, para fazer aqui essa classificação levamos em conta as formas de organização do trabalho.

Diferenciando-se pela ordenação das ações de descarte e de coleta dos resíduos recicláveis, está aquela realizada pelas Cooperativas e Associações de catadores, quando estas funcionam concomitantemente a um programa de descarte e coleta seletivos dos resíduos recicláveis diretamente na fonte, normalmente nas residências.

A principal diferença desta forma de organização do trabalho na catação, em relação às outras mencionadas, está no planejamento das ações e na metodologia de realização deste serviço dentro das cidades. É importante destacar que estas três diferentes formas de coleta dos resíduos recicláveis não se excluem, mas coexistem em alguns municípios. Em todas elas os trabalhadores buscam no lixo os

resíduos que podem tornar-se uma mercadoria³, ou seja, os resíduos recicláveis.

Neste contexto, de recuperação dos resíduos recicláveis para a reciclagem através do trabalho organizado, aparece como uma saída da situação de exploração desses trabalhadores. Assim, a estruturação de cooperativas e associações objetiva romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização, com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores. Porém, as condições materiais em que estes se encontram tornam esse processo organizativo difícil. Na maioria dos casos só se realiza a partir do apoio direto do poder público municipal ou de outros agentes da comunidade.

Isso por que a organização dos trabalhadores catadores implica necessariamente em estruturar mecanismos para obtenção e processamento dos resíduos recicláveis. Daí então a necessidade de implementar formas alternativas de obtenção desse tipo específico de resíduo. Neste sentido, a coleta seletiva dos resíduos recicláveis, organizada na lógica do sistema denominado porta a porta, coligado à

³ Para Logarezzi (2004), nem tudo o que compõe o lixo pode vir a ser reciclado na prática comercial. Desta maneira, além das potencialidades físicas e químicas daquilo que é rejeitado, o contexto social em que se insere e a ação desempenhada pelo gerador podem torná-lo lixo ou um resíduo.

prática do descarte seletivo de resíduos por parte da população, tem aparecido como melhor meio para alcançar esse objetivo.

Como forma de melhor compreender esse fenômeno crescente no Brasil, é que nos propomos a analisar a dinâmica social e territorial do trabalho nas cooperativas/associações de catadores, existentes nos municípios localizados a raia divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul (Figura 1a e 1b), mais precisamente,

a parcela do território conhecido geograficamente pelas denominações de “Pontal do Paranapanema”, “micro-região de Paranavaí”, “Sudeste do Mato Grosso do Sul” e, as calhas do Alto Curso do Rio Paraná - à altura da UHE de Porto

Primavera e do Médio-Baixo Vale do Paranapanema – a jusante da UHE de Capivara -, que atuam ora como elos de aproximação, ora como linhas divisórias dessas parcelas territoriais.

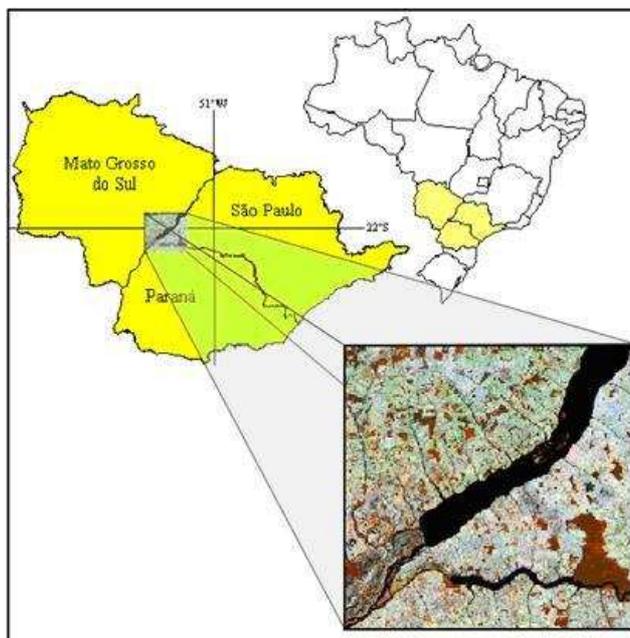
Analisar os processos de organização e o trabalho nas cooperativas e associações

de catadores de resíduos sólidos recicláveis, existentes nos municípios, e as contribuições desses empreendimentos para o desenvolvimento das cidades onde foram instaladas, fazem parte de nossos objetivos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O que temos percebido é que mesmo

diante das complicações para a estruturação de programas de coleta seletiva de resíduos recicláveis, ou seja, dificuldade de organização coletiva dos trabalhadores catadores nas associações e cooperativas, problemas que



Fonte: MODESTO, M. 2005.

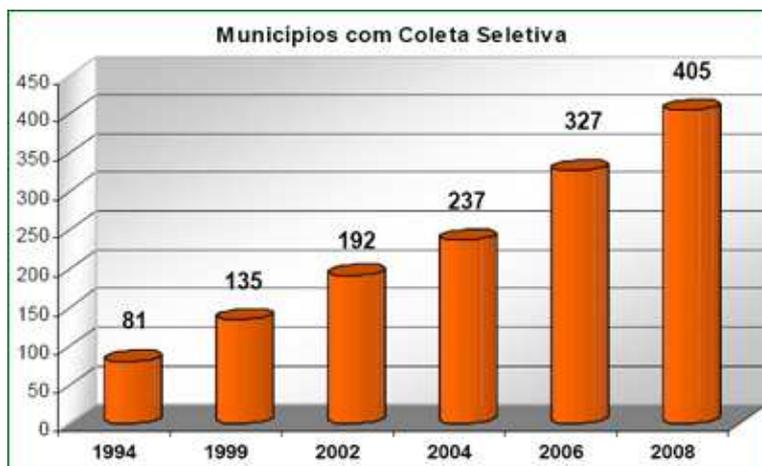
FIGURA 1a – A raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul

dificultam o funcionamento dos programas de coleta e descarte seletivos de resíduos recicláveis, dificuldades financeiras que não permitem a aquisição e instalação da infraestrutura para realização do serviço, desdobrando-se em problemas gerenciais que afetam a renda dos trabalhadores,

esses empreendimentos vem sendo apresentados como solução para os problemas ligados ao lixo de maneira geral, seja os relativos à poluição, ao desperdício e, ainda, ao trabalho de catação nos locais de disposição dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, os aterros ou lixões.

Desta forma a perspectiva de solução desses problemas por esta via tem levado a uma expansão crescente dessas experiências, estimuladas pelas prefeituras ou por outras instituições (universidades, igrejas, etc.).

De acordo com os dados apresentados pelo CEMPRE, em sua última pesquisa



ciclossoft, em 2008, 405 municípios brasileiros operavam programas de coleta seletiva⁴, destes 174 têm relação com Cooperativa

Gráfico 1: Evolução dos Programas de Coleta Seletiva no Brasil – 1994 – 2008 CEMPRE/Ciclossoft/ Pesquisa sobre Coleta Seletiva/2008

de materiais recicláveis. (Gráfico 1).

A princípio podemos afirmar que as benesses da implantação destes tipos de projeto atingem não só os trabalhadores diretamente envolvidos, os catadores, mas

toda a comunidade dos municípios, pois, traz ganhos relacionados à diminuição dos problemas ambientais causados pela geração e disposição incorreta de resíduos sólidos, sobretudo domiciliares. Como vimos, é com o objetivo de resolver os problemas relacionados ao lixo e à catação dos recicláveis, que estas experiências vêm sendo cada vez mais implantadas nas cidades brasileiras.

No entanto, apesar do seu crescimento numérico, as pesquisas mostram

que estas experiências não estão relacionadas entre si por um movimento organizado, ou por

direcionamentos legais ou de políticas públicas estaduais ou federais. São, geralmente, fruto de projetos e de ações da

comunidade local, a partir da

idéia de um determinado grupo⁵, seja ele ligado a Igreja, a Universidade, a Prefeitura, etc; ou ainda, realização dos próprios trabalhadores catadores, que se organizam

⁴ Maiores informações podem ser acessadas no site: www.cempre.org.br

⁵ Mais sobre estas experiências ver GRIMBERG & BLAUTH (1998).

para participar do mercado da reciclagem de maneira coletiva.

Não obstante o amadurecimento adquirido pelos trabalhadores com a participação nos processos de organização, como pudemos observar, alguns problemas relativos à organização e às decisões internas que dão rumo às Cooperativas e Associações têm comparecido com frequência nas experiências que até o momento conhecemos. Podemos citar as Cooperativas ARPE-Presidente Epitácio-SP, a Coopervai de Paranaíba, a CORENA de Nova Andradina-MS. Em quase todos os casos há a necessidade de uma “intervenção” externa, de diferentes entidades para auxiliar na gestão do negócio e na solução de conflitos internos e de relacionamento entre os trabalhadores, demonstrando a dificuldade dos grupos em atingir um estágio de autonomia plena nas decisões e nos encaminhamentos internos.

Dentre as principais questões que comparecem como problema para os trabalhadores e seu empreendimentos está à gestão interna do trabalho nas cooperativa/associações, ou seja, execução, distribuição e a realização de tarefas. Isso porque, de acordo com os relatos dos próprios trabalhadores, alguns dos Cooperados não aceitam “ordens” de outros cooperados. Esse fato tem levado

alguns trabalhadores a afirmarem que este problema existe porque não há quem mande e coordene as atividades do grupo, quem dê as ordens. A percepção aqui relatada demonstra ainda a falta de amadurecimento político e organizativo por parte dos grupos, o que nos permite avaliar que é necessário ir além da simples realização conjunta e organizada das atividades de trabalho, é preciso construir uma concepção política e ideológica diferenciada para o trabalho coletivo, em que a solidariedade não se resume a “colaborar” no trabalho, mas entender-se no processo social e de trabalho, uma construção política a longo prazo.

Assim, O trabalho coletivo muitas vezes não é visto como uma responsabilidade de todos, dentro de um projeto de gestão coletiva, é encarado como cumprimento de tarefas desconectadas umas das outras. Isso acarreta outro problema que se apresenta para os membros das diretorias das cooperativa/associações, que é a não observância, por parte de alguns membros, das regras estabelecidas.

A situação que descrevemos demonstra que a necessidade do controle está presente, arraigada na classe trabalhadora em geral, que como não possuidora dos meios de produção têm colocado o seu potencial criativo a serviço da classe dominante. Assim, trabalhar é

mais do que produzir em troca de salários, é produzir sob o controle de outro, que não pertença ou esteja em iguais condições.

O fruto do trabalho deverá ser entregue a alguém controlador. Essa é uma entre tantas concepções ideologicamente trabalhadas com as quais temos que lutar diariamente, e que garantem a hegemonia de uma classe sobre outra no sistema do capital e que se revela como obstáculo para a compreensão do mundo sobre outra perspectiva. Para Marx (1988, p.119):

...a relação do homem com ele mesmo só é real, *objetiva*, por meio da sua relação com os outros homens. Se ele se relaciona com o produto do trabalho, com o seu trabalho objetivado, como um objeto estranho, hostil, poderoso, independente, relaciona-se com ele de tal forma que outro homem estranho, inimigo, mais poderoso e independente, seja o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a própria atividade como uma atividade não-livre, então se relaciona assim como a atividade com o serviço, sob domínio, a repressão e o mando de outro homem.

A idéia da necessidade de um patrão, um chefe, que controle o conjunto não foi abandonada, mesmo tendo estes trabalhadores tanto tempo de trabalho no lixão ou na ruas de forma autônoma e individualizada. Essa situação acaba gerando a necessidade de uma intervenção

continuada, uma supervisão por parte das Prefeituras Municipais ou de outras entidades que acompanham, auxiliam esses trabalhadores, como já mencionamos, arbitrando conflitos e colaborando na administração e gerenciamento dos negócios.

A necessidade do controle, neste caso, demonstra que as concepções ideológicas que reforçam os valores e as verdades na sociedade capitalista, são produzidas e reproduzidas mesmo fora das experiências empíricas. Não é preciso ter sido empregado para achar que precisa de um patrão.

Esse fato revela a dominação da lógica estabelecida historicamente pelo capital que engendra e fortalece o individualismo no interior da classe trabalhadora, estimulando a subserviência dos trabalhadores às regras do sistema do capital, que vêm acompanhadas de lógicas explicativas que levam os trabalhadores a práticas que os escravizam ainda mais. Para Ikuta (2002, p.147):

Enquanto isso, a estrutura totalizante do capital produz não apenas mercadorias, mas também subjetividades, isto é, produz necessidades, relações sociais, corpos e mentes. (...) E não é demais ressaltar que esta organização da subjetividade do ser social se dá para a manutenção e dominação do *status quo* do controle social vigente.

Envoltos nesta lógica é que os trabalhadores catadores apreendem a estrutura que ajudaram a construir e a sua atual condição nas cooperativa/associações, entendendo-se como sendo um trabalhador que está inserido em uma empresa e, em uma empresa tem quem manda e ele é o patrão. Nas cooperativas/associações todos se entendem como trabalhadores e ninguém pode ser o patrão, aquele que tem o poder de mando. A nosso ver esta concepção ao invés de possibilitar a construção de um coletivo para tomar as decisões, tem levado em alguns momentos ao sentimento de falta de comando.

Esse fato demonstra que ainda não foi possível fortalecer as cooperativa/associações como lugares efetivos de trabalho coletivo e de debate para a construção e tomada de decisões. Temos que considerar, ainda, que são grandes as dificuldades para atender satisfatoriamente necessidades básicas destes trabalhadores, o que tem dificultado o processo de construção e formação política.

CONSIDERAÇÕES

Mesmo diante desse contexto social em que o jogo de forças apresenta contradições infundáveis, acreditamos que

os trabalhadores catadores, que representam um dos aspectos da sociedade desigual, destrutiva e geradora de desperdício, podem ser sujeitos de ações transformadoras se ampliarem as suas exigências para além do local e das condições de trabalho. Juntando-se a outros grupos socialmente organizados, poderão colocar em questão a essência do destrutivismo e do desperdício, podendo assim vislumbrar a alternativa anti-capital.

Neste sentido, os catadores precisam perceber e colocar para toda a sociedade as contradições que envolvem o negócio da reciclagem, explicitando, por exemplo, que para o capital, o processo de reciclagem é um meio de reprodução ampliada, que nada tem a ver com a proteção ambiental, mas que se apropria dessa faceta. Deixando claro que quando há diminuição dos ganhos, a utilização dos resíduos recicláveis como matéria-prima deixa de ser atraente, o capital volta a sua atenção para a exploração de matéria-prima virgem, independentemente dos impactos que isso poderá causar para o meio ambiente.

E mesmo entendendo que a reciclagem dos materiais desempenha um papel importante na diminuição dos problemas relativos ao lixo, acreditamos que deveríamos trabalhar para a redução da quantidade de resíduo gerada, seja pela reutilização dos objetos, pela diminuição do consumo por parte daqueles que

podem consumir, posto que grande parte dos brasileiros não tem renda para isso, seja pela resistência às situações como a obsolescência de objetos ainda em condições de uso, contraposição ao apelo do consumismo. Situação que nos coloca o problema de trabalhar pela redução do consumo por parte de alguns e lutar para que tantos outros possam fazê-lo, de forma a satisfazer suas necessidades básicas.

Na solução dessa equação está a mudança do próprio modo de produção vigente, que estabelece padrões inaceitáveis de consumo para alguns e relega outros à miséria absoluta.

O fato é que, mesmo que haja todo um aparato ideológico, político, econômico e midiático que sustenta a atual forma do sistema produtor de mercadorias, nos impressiona a maneira de como escapa, para muitos, a contradição entre a crescente produção e o aumento da exclusão de camadas cada vez maiores da sociedade do acesso aos bens produzidos, o que deixa claro que para o sistema do capital não importa nada, além da sua reprodução ampliada.

Desta forma, no circuito econômico que envolve todas as ações voltadas para a reciclagem dos materiais no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao trabalho sob o capital, temos um duplo desperdício: o trabalho morto incorporado nos resíduos

descartados e o trabalho vivo dos catadores, que são forçados a ir para os locais de disposição de lixo. O trabalho vivo dispensado buscando o trabalho morto descartado para continuar a dar vida ao sistema que os execra.

A imensa quantidade de trabalho incorporado nos objetos que são descartados não desperta nos trabalhadores, nem na sociedade em geral, nenhum tipo de indignação ao que se refere a esse fato. Isso porque, esta mesma sociedade e mesmo aqueles que trabalharam diretamente na produção dessas mercadorias não vêem nelas outro sentido do que aquele já realizado, ou seja, como mercadoria foi produzida e cumpriu seu papel enquanto valor de troca. A relação do trabalhador com o produto de seu trabalho é a forma de realização do capital. O produto de seu trabalho não lhe pertence, portanto, não lhe interessa o que com ele seja feito. Não há razão para se questionar o porquê de se produzir para desperdiçar, para jogar no lixo.

Neste sentido as questões relativas à geração de resíduos e descarte de lixo e à miséria não podem ser resolvidas se abordarmos somente o fenômeno aparente, acreditando que solucionaremos a questão agindo somente nas manifestações dos problemas. Torna-se necessário atuar na transformação dos processos que os geram, que dão a eles

uma conformidade que parece correta a partir da observação superficial.

Para reversão desse quadro, devemos reorientar o sentido do trabalho e da produção/reprodução para que se volte verdadeiramente à satisfação das necessidades humanas, sem distinção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCIOTE, M. L. **Coleta seletiva e minimização de resíduos sólidos urbanos: uma abordagem integradora.** TESE. São Paulo. FSP/USP, 1994.
- BERRIOS, M.R. O Lixo Nosso de Cada Dia. In: J. O; Braga, R. e Carvalho, de F.P. (org). **Manejo de Resíduos: Pressuposto para a Gestão Ambiental.** Rio Claro: LPM - Deplan-IGCE-Unesp/Campus de Rio Claro, 2002.
- CAMPOS, O. De J; BRAGA R. (orgs) **Manejo de resíduos: pressupostos para gestão ambiental.** Rio Claro: deplan-IGCE/Unesp, 2002.
- COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM -CEMPRE. **Pesquisa Ciclosoft.** Disponível em: <http://www.cempre.org.br>.
- GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo.** TESE (Doutorado em Geografia) – FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2006.
- GRIMBERG, E; BLAUTH, P. Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores. In: **POLIS.** São Paulo: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, N° 31, 1998.
- IKUTA, K. F. **A questão da moradia para além das quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente.** Dissertação: FCT/Unesp Presidente Prudente, 2003.
- LEAL, A.C; THOMAZ JR, A; GONÇALVES, M. A. **A reinserção do lixo na sociedade do capital.** Anais do 9 EGAL: Mérida, México, 2003.
- LEAL, A. C.; GONÇALVES, M. A; IKUTA, F. A.; ZANIN, M.; LOGAREZZI, A.; FERREIRA, E. R.; BARBOSA, T. **Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente: Centelha, 2004.
- LEGASPE, R.L. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo. Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro de São Paulo observando a economia informal e os catadores.** São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, 1996.
- LOGAREZZI, A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: LEAL, A. C; *et all.* **Resíduos Sólidos no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Centelha, 2004, p. 219 – 246**
- MARX, K. **O capital: crítica a economia política.** São Paulo: Cultura Nova, 1988.
- MIZIARA, R. **Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 2001.
- MORAES, S. P. **A função do catador de lixo na gestão de resíduos: o lixo como instrumento de resgate social.** 2003. mimeo.
- PASSOS, M.M. dos. **A construção da paisagem no Mato-Grosso-Brasil.** Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000, 143 p.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2000.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Revista Estudos Avançados.** São Paulo: IEA/USP, n° 51, 2004. p. 7 – 21

THOMAZ Jr. A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de

século. In: **Revista Ciência Geográfica, Ano VI- Vol II, nº16 vol. Maio/Agosto 2000a.** p.15 – 21

JUCÁ, J.F. THOMÉ **Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil.** 5º Congresso Brasileiro de Geotecnia Ambiental. Porto Alegre, RS, 2003.

ZANIN. M; SHIMBO, I; AMORIN D. **A economia solidária e formas de organização de empreendimentos na cadeia da reciclagem.** São Carlos, 2005. mimeo.

GONÇALVES, M. A. Cooperativas e associações de catadores: formação e organização do trabalho na raia divisória SP– PR– MS. **Revista Pegada Eletrônica,** Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/08marcelino1002.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.